

Diário da Assembléia

N.º 2.489

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
MAROLDI BIANCHI
OLIVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTONIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZINI
ERONDI SILVEIRO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CÔRTEZ
FUAZ NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JOSÉ SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIR GABARDE
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TULIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 3.º Secretário: Gabriel Manoel. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.
Secretário: Olivio Belich. 5.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÃO TÉCNICA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PRESIDENTE: Emílio Carrazini (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Tálvio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luis Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Côrtes — Amadeu Puzzi
M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvio Barros
Secretário: Maria Amélia Cesar Ceres de Oliveira
Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luis Cruz — Igo Lasso — Amadeu Puzzi
M.D.B.: Alencar Furtado
Secretário: Lúcio Guimarães Neto-Minior
Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Agnaldo Pereira Lima
Suplentes:
ARENA: Wilson Fortes — Luis Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Silvio Barros
Secretário: José do Canto Filho
Reuniões: Condições à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuaaz Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Agnaldo Pereira Lima — Luis Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condições à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Agnaldo Pereira Lima
Suplentes:
ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Igo Lasso — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Igo Lasso (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Seme Scaff
M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luis Renato Malucelli — Jorge Sato — Tálvio Vargas — Armando Queiroz — Fuaaz Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix de Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)
ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puzzi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carrazini — Igo Lasso — Seme Scaff — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Lasso (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Agnaldo Pereira Lima (ARENA)
ARENA: Luis Renato Malucelli — Fabiano Braga Côrtes
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carrazini — Luis Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condições à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Igo Lasso — Luis Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luis Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puzzi

M.D.B.: Silvio Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Agnaldo Pereira Lima (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Côrtes
M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Lasso — Olavo Ferreira — Luis Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Saitye

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)
ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luis Cruz — Paulo Camargo — Luis Renato Malucelli — Igo Lasso

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Carmen Aparecida Fregoneze

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luis Renato Malucelli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)
ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luis Cruz — Fabiano Braga Côrtes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Reuniões: Condições à matéria de sua competência

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura
Ata da 84.ª Sessão Ordinária
Realizada em 30 de Junho de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Eurico Rosas e Túlio Vargas.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, David Federmann, Haroldo Bianchi, Gabriel Manoel, Olívio Belch, Leopoldo Jacomet, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arnaldo Busato, Emílio Carazzini Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Pead Nacli, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Maluceli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Túlio Vargas e Wilson Fortes (32); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Arthur de Souza, Agnaldo Pereira Lima, Abraão Miguel, Igo Losso, Paulo Camargo e Sílvio Barros (6).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S A O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

* O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

- De autoria do sr. deputado David Federmann, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 38-70.
- De autoria do sr. deputado Paulo Poli, solicitando retirada da Ordem do Dia por 30 sessões do Projeto n.º 88-70.
- De autoria do sr. deputado Paulo Poli, solicitando retirada da Ordem do Dia do Projeto n.º 105-70. Solicita, outrossim, o encaminhamento à C.I.F.
- De autoria do sr. deputado Fabiano Braga Cortes, solicitando Regime de Urgência para os Projetos nrs. 274-69 e 103-70.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, requer, ouvido o Plenário, se consigne na Ata dos presentes trabalhos, voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Egil Garbaccio, ocorrido ontem, nesta Capital.

A extinta era mãe do engenheiro Hugo Garbaccio, pessoa altamente relacionada na sociedade paranaense, e da senhora Lia Garbaccio, com longo tempo de serviço prestado ao magistério paranaense, exercendo, atualmente, a Diretoria Técnica do Colégio São Francisco, das Mercês, nesta Capital.

Requer, outrossim, que, uma vez aprovado, seja dado conhecimento dele à ilustre família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1970.

(a) Emílio Carazzini.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, na cidade de Ponta Grossa, do bondoso cidadão Oswaldo Pereira da Silva.

Requer, mais, que a decisão da Casa seja levada ao conhecimento da família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1970.

(a) Eurico Rosas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do prestante cidadão sr. Luiz Hilgenberg, ocorrido em Irati, onde residia, e que do fato se dá conhecimento à família enlutada em Irati, por intermédio da senhora Mauricila Hilgenberg, à rua Dona Noca, s/n.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1970.

(a) Antônio Lopes Júnior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "Soldados da Polícia pedem aumento", publicado na edição de hoje do jornal "Fôlha de Londrina".

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1970.

(a) Alencar Furtado

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, a inserção em Ata de um voto de louvor à distinta dama paranaense dona Dalila de Castro Lacerda, pela escolha unânime de seu nome para receber, como de fato já recebeu, a Comenda "Pinhão de Ouro", instituída pela Associação Cristã Feminina de Curitiba, face os assinalados serviços prestados à comunidade curitibana, nos setores cívico, cultural e assistencial.

Dê-se ciência da decisão da Casa.

Sala das Sessões, 30 de junho de 1970.

(a) Túlio Vargas.

PROJETO DE LEI N.º 126/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), à Associação do Instituto Nacional e Assistencial "Santa Cruz", do município de Capanema, destinado a manter e administrar os cursos, Secundário de 1.º Ciclo Ginasial e 2.º Ciclo Colegial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1970.

(a) Arnaldo Busato.

JUSTIFICATIVA: — Ao apresentarmos este plano de Lei à consideração dos nobres Deputados, acreditamos que ele terá uma apreciação positiva, visto o mesmo ser realmente de interesse de uma região paranaense cujo plano de Lei, visa através dos referidos cursos, dar maior e melhor assistência no setor

Educacional e Cultural aos 1.º e 2.º Ciclos, Ginasial e Colegial, ambos orientados para o trabalho.

Por tratar-se de uma cidade e região vizinha à Argentina, nada mais justo, que ingressar a população de Capanema, num nível de Progresso e Desenvolvimento.

PROJETO DE LEI N.º 127/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, na conformidade da Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1.968, a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Rondon, com jurisdição, além do município sede, nos Municípios de Cidade Gaúcha, Guaporera, Tapira e Nova Olímpia.

Art. 2.º — Para atender o disposto no artigo primeiro, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no art. 6.º, da Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1.968, os seguintes cargos de Provedimento em Comissão: no inciso I, um de Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C; no inciso III, um de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C; e, no inciso IV um de Inspetor Regional de Ensino Primário símbolo 14-C.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1.970.

(a) Ovidio Franzoni.

JUSTIFICATIVA: — Os Municípios supra enumerados pertencem, presentemente, à 40a. Inspeção Regional de Ensino, além de outros tantos que a compõe, sobrecarregando, demasiadamente, os seus trabalhos.

A iniciativa que ora submetemos à apreciação da Casa, visa, antes de tudo, desdobrar a 40a. Inspeção, para um melhor atendimento ao ensino da região; o que trará, inevitavelmente, grandes benefícios.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sr. deputado Fabiano Braga Cortes.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para apresentar um requerimento nos seguintes termos: (Lê)

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, de acordo com o Regimento Interno, depois de ouvido o Plenário, requer o encaminhamento, por ofício, dos seguintes pedidos de informações aos órgãos que especifica:

1 — Instituto Nacional de Previdência Social — Delegacia de Curitiba. Qual a contribuição média, na forma de pagamentos de impostos, da Usina Morretes S/A., nos últimos cinco anos?

2 — Secretaria de Fazenda: — Junta Comercial do Paraná.

A Usina Morretes S/A., de Morretes, neste Estado, tem Registro? Qual seu capital e qual sua diretoria?

3 — Instituto de Alcool e Açúcar: — Delegacia no Paraná.

Qual a produção autorizada à Usina Morretes S/A., de açúcar e subprodutos?

4 — Instituto Nacional de Previdência Social — Delegacia de Curitiba.

Qual o número de empregados da Usina Morretes S/A., que contribuem para INPS e se os respectivos pagamentos encontram-se em dia?

5 — Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

A que título a Usina Morretes S/A., adquiriu vastas áreas de terras no município de Morretes? Quem os cedentes vendedores?

Sala das Sessões, em 30 de janeiro de 1970.

A JUSTIFICATIVA do Pedido de Informações está assim redigida: (Lê)

"JUSTIFICATIVA: — Em 15 de dezembro do ano de 1965, o então deputado Jorge Nassar, requereu a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para averiguar a atuação da Usina Morretes S.A., localizada em Morretes, neste Estado. Após considerações em Plenário, o senhor Deputado retirou seu requerimento a fim de reformá-lo.

Em 16 do mesmo mês e ano a petição foi reapresentada, requerendo então, o referido Deputado, que fosse constituída uma Comissão de Medição, sar, Antônio Lopes Júnior e Armando Queiroz.

Naquela oportunidade, a Assembléia preocupava-se com a penúria e o abandono a que se achavam relegados os empregados e fornecedores de cana da Usina Morretes S/A., e, se naquela ocasião alguma coisa foi resolvida foi Dessa Comissão designada pela Mesa, fizeram parte os deputados Jorge Nasgracia ao temor de quem o merecia ter.

Senhores Deputados: Após esses anos todos, quase cinco, a Usina Morretes S/A., volta a ser comentada. Ela não mudou. Continua pagando seus empregados com leite em pó e papel higiênico. Cercou com arame farpado sua fábrica onde mantêm guardas armados. Retirou o que de mais valioso possuía e carregou para destino ignorado. Os seus credores que recorrem à Justiça recebem cheques emitidos em São Paulo, à rua Florêncio de Abreu, 407.

Agora, senhores Deputados, estamos sendo informados de que a Usina Morretes, está pretendendo vender uma grande área de terras, resultado de medições frias, terras de domínio particular, que mediu e cercou com a colaboração de terceiros que só visaram lucro pessoal.

Para que melhor possa ser analisada a situação do que ocorre em Morretes, e justifique a colaboração que solicitamos dos órgãos públicos aos quais recorremos, a seguir transcrevemos o que foi publicado pelo jornal "O Globo", do Rio de Janeiro em sua edição de 11.9.69.

"Oito dias para a verdade na fraude de 100 milhões novos". — São Paulo — (O Globo).

— Os débitos do grupo Abdalla com a Fazenda Nacional e a de São Paulo e com o INPS e IAA totalizam a fabulosa soma de NCr\$ 99.404.451,44 — sem contar outras dívidas com as Prefeituras de Pirajui, Farias, Cajamar, Pirassununga e Americana, no interior paulista, Rio Grande, no Rio Grande do Sul e com o Estado da Guanabara.

As diferentes indústrias do grupo, algumas já em processo de falência, devem ainda somas elevadas em salários. Há operários que não recebem seus vencimentos desde 1.964. Segundo levantamento feito pelo CGI que apura o enriquecimento ilícito dos Abdalla e seus negócios fraudulentos, os salários não pagos eram sempre destinados à aplicação nas transações das indústrias.

PRAZO: — A sub-comissão paulista da CGI noticiou ontem o sr. J. J. Abdalla de que ele dispõe de oito dias para apresentar por escrito sua defesa preliminar no que diz respeito a crimes de enriquecimento ilícito, conforme

o disposto no Ato Institucional n.º 5 e no Ato Complementar n.º 42 além da citação do decreto 64.203 do ano em curso.

Na qualidade de principal integrante do grupo, o sr. J. J. Abdalla é acusado do formalmente de enriquecimento ilícito no sumário do processo. De igual crime são acusados seus irmãos Antônio e Nicolau e os demais administradores da organização. A defesa dos Abdalla será apresentada na sede da C.G.I., no Q.G. da 4ª Zona Aérea, em São Paulo. No documento, o grupo terá que declarar seus bens e imóveis, especificando detalhadamente sua origem.

O mesmo jornal "O GLOBO", em sua edição de 9.1.70, publicava:

"J. J. ABDALLA VOLTA PARA A DETENÇÃO" — São Paulo — (O Globo).

"José João Abdalla, o Mau Patrão, que estava internado no Hospital Militar por decisão judicial, foi removido ontem para a Casa de Detenção onde aguardará a possibilidade de anulação de sua prisão, decretada em razão das fraudes trabalhistas em suas fábricas. Em fevereiro último, J. J. Abdalla foi derrotado no Tribunal de Justiça do Estado que confirmou a decretação da falência da USINA MIRANDA, pertencente a seu grupo. Na ocasião, o Juiz de Pirajuí havia decretado a prisão dos diretores responsáveis pela falência fraudulenta, porém somente o contador Eduardo Namy foi encontrado pela polícia e preso, enquanto Abdalla e outros diretores estavam foragidos. Prêso mais tarde, J. J. Abdalla foi internado há pouco tempo no Hospital Militar e, no final do último mês, prestou depoimento na Sub-Comissão Geral de Investigações, que apura o seu enriquecimento ilícito. Nas outras vezes em que a prisão de Abdalla fora decretada, ele conseguiu sempre evitar de permanecer em reclusão, através da ação de seus advogados, mas acabou sendo enviado para a Casa de Detenção e, recolhido, agora, à enfermaria."

Ainda, a título de ilustração, transcrevemos a nota divulgada a 18 de fevereiro de 1970, portanto muito recente, pelo jornal "A FOLHA DE SÃO PAULO" e cujo teor é o seguinte:

"NEGADO RECURSO DE ABDALLA"

"O primeiro grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça concluindo ontem julgamento iniciado dia 2 do corrente, por votação unânime negou provimento à ação rescisória interposta pelo grupo J. J. Abdalla visando anular a decretação de falência da Usina Miranda, ocorrida em 6 de outubro de 1966, na Comarca de Pirajuí, por sentença do Juiz Paulo Bueno Magano. A Corte condenou ainda os autores ao pagamento das custas de honorários advocatícios. A quebra da Usina Miranda deu-se a requerimento do sr. Admar Albano Russi, credo de nota promissória rural de R\$ 5.000,00, vencida, não paga e levada a protesto. O grupo Abdalla defendia a tese de que antes da cobrança judicial da nota promissória rural era necessária a interferência administrativa do IAA, nos termos dos artigos 108 e seguintes do Estatuto da Lavoura Vanavieira de 1943. Negando provimento à ação rescisória, a Corte acompanhou o voto do relator Desembargador Odry Porto. Este demonstrou que o referido decreto-lei, datado do tempo da ditadura, era inconstitucional e que a nota promissória rural é assegurada a cobrança em ação executiva, equiparando-se a letra de câmbio. Além do mais, a Lei n.º 4.071, de 15 de junho de 1.962, regulou expressamente o pagamento de fornecedores de cana, através de promissória rural emitida por Usina de Açúcar. OBSOLETA. O curador de massas falidas, senhor Romeu Rêgo Fere, já emitira parecer nos autos, demonstrando que o decreto-lei invocado pelo grupo Abdalla está revogado pela Lei 3.253 de 27.8.57, que disciplinou o pagamento da promissória rural, ao qual se deu o poder de cobrança através de ação executiva equiparando-a a letra de câmbio. Além do mais a Lei 4.071 de 15.6.62, determina que a Usina de Açúcar que não realizar o pagamento da cana dentro de 15 dias é obrigada a emitir nota promissória rural a favor dos fornecedores da cana. Assim o grupo Abdalla baseava sua pretensão em legislação obsoleta e revogada."

IMPLICAÇÕES: — A decretação da quebra da Usina Miranda acarretou a condenação de J. J. Abdalla e de todos os demais diretores a pena de reclusão por crime de falência fraudulenta na Comarca de Pirajuí. Caso a ação rescisória tivesse sido julgada procedente, a decretação da falência ficaria anulada, voltando às mãos do grupo Abdalla a Usina Miranda."

Senhores Deputados. Assim, em poucos instantes, obtivemos o retrato de corpo inteiro do GRUPO ABDALLA. Acontece, porém, que muita gente, ainda ignora que quem fortifica sua fábrica; mantém guardas armados; importa lavradores de outras regiões; paga seus empregados com leite em pó, papel higiênico e arroz com casca; não paga seus fornecedores; usa de medidas frias e inescrupulosas para apossar-se de terras de domínio de terceiros é o mesmo grupo da USINA MORRETES S/A., e o mesmo grupo Abdalla. Assim, senhores Deputados, julgo justificado o apelo que espero receber de V. Exas., apelo que é necessário e que, em boa hora, vem defender o povo laborioso da nossa tradicional "Morretes".

Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o sr. deputado Olivir Gabardo.

O SR. OLIVIR GABARDO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ontem ocupamos a tribuna, nesta Casa, para relatar a situação aflição em que se encontram as zeladoras e as professoras estagiárias contratadas pelo Estado do Paraná e que não vêm recebendo seus vencimentos desde o início do presente ano letivo. Havíamos nos comprometido, no pronunciamento de ontem, que iríamos elaborar um requerimento, um pedido de informações ao sr. Secretário da Educação e da Fazenda, no sentido de que tomassem conhecimento dos fatos, da realidade, a que nós nos referimos nesta tribuna. Então iremos encaminhar este requerimento, face à informação trazida pelo ilustre líder do Governo, deputado Erondy Silvério, que acaba de nos informar haver o sr. Secretário da Fazenda determinado, de imediato, o pagamento das zeladoras e inclusive das professoras estagiárias a partir do próximo dia 1.º do mês de julho. Portanto, fica aqui o compromisso do Governo de fazer estes pagamentos. E de nossa parte, aguardamos que o Estado faça face aos seus compromissos fazendo o pagamento das professoras estagiárias e também das zeladoras. Agradecemos ao sr. líder do Governo as providências que tomou também neste sentido, junto ao sr. Secretário da Fazenda, para atender aos reclamos de centenas e centenas de zeladoras e de professoras estagiárias, contratadas que não recebem seus vencimentos desde março do corrente ano.

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está livre a palavra no Pequeno Expediente. (Pausa). Não havendo oradores inscritos, passamos ao Grande Expediente. Tem a palavra, no Grande Expediente, o sr. deputado Alencar Furtado, devidamente inscrito.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estamos todos a exigir sempre que os órgãos públicos funcionem bem, cumpram bem as suas obrigações e os seus misteres, desenvolvam a contento do povo. E a Polícia do Paraná tem sido visada também, toda vez que um ou outro elemento da gloriosa Corporação se despenda. De outro lado, para sermos justos, não podemos conceber que a Polícia do Paraná, que dedica tempo integral às atividades públicas, viva em sérias dificuldades, passando necessidades, estimulada inclusive para desserviços de regime de bola, se o Governo não atendê-la. Não se pode conceber uma Corporação policial como a do Paraná, em dificuldades de alta monta ou seja, como diz o manifesto da Diretoria do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado: "por não perceber vantagens estamos à beira da mendicância"; expressão utilizada pela oficialidade da Polícia do Paraná. Ora, isso causa estranheza a nós todos que temos na Polícia a salvaguarda da tranquilidade pública.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Alencar Furtado, apenas para que V. Exa. tome ciência, antes de V. Exa. prosseguir no brilhante pronunciamento que vem iniciando, quero comunicar a V. Exa. e a todos os srs. Deputados que fomos portadores, na tarde de hoje, e já entregamos no Protocolo desta Casa, de duas Mensagens Governamentais.

A primeira, encaminhando o Estatuto da Polícia Militar, onde uma velha reivindicação da classe qual seja a incorporação de todas as vantagens aos seus vencimentos, está sendo atendida pelo Governo. E cessam aí as razões de queixa da Polícia Militar pois desde que incorporadas as vantagens, quase que se comparam seus vencimentos aos do Exército Nacional. A segunda, trata o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, também incorporando e trazendo grandes vantagens no setor de vencimentos e no setor de estabilidade e vantagens funcionais a todos os funcionários públicos do Estado. A par disto, outra Mensagem deverá adentrar a Casa, em breves dias, aumentando de modo geral os vencimentos de todo o funcionalismo público do Estado. Estas informações queria adiantar e fornecer a V. Exa., a fim de que no brilhante pronunciamento que V. Exa. vai fazer, faça justiça também ao Governador do Estado, que, embora com certo atraso, atende a justa reivindicação da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O SR. ALENCAR FURTADO — Nobre deputado Erondy Silvério, é com satisfação que recebo, e também a Casa, acreditado, as notícias trazidas por V. Exa. Mas, há dias atrás, quando V. Exa. nos afirmava que uma Comissão teria sido constituída para a elaboração do estudo do aumento dos servidores públicos do Paraná, para surpresa nossa, no dia seguinte verificamos pela imprensa do Paraná — se não me engano e posso até precisar, o "Diário do Paraná" — um artigo contestando as informações da liderança do Governo nesta Casa. Teria até deslocado seus repórteres à Secretaria do Governo e a outros órgãos ligados à esfera governamental e publicaram notícia de que nada havia para a elaboração da reestruturação do servidor público.

Ocupei esta tribuna para dar esta notícia da contestação porque, para mim, toda a vez que V. Exa. trouxe à Casa notícia de fatos colatados, colidos na esfera governamental, sempre as informações de V. Exa. me mereceram fé pública. Rememoro estes fatos para dizer que por vezes a boa vontade de determinados órgãos governamentais não se manifesta nem para a própria imprensa. Veja V. Exa. que nesta elaboração de reestruturação para efeito de aumento do funcionalismo, a própria Secretaria de Governo deveria ser a primeira a ter interesse na divulgação desta notícia para todo o corpo de funcionários do Paraná. No entanto, foi a primeira a dizer que nada havia em elaboração naquela Secretaria.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Meus agradecimentos pela bondosa maneira com que V. Exa. referiu-se à nossa pessoa, principalmente trazendo informações à Casa. Mas confesso a V. Exa. que me passou despercebida a notícia da imprensa desmentindo o que afirmei da tribuna. Foram determinações do Governo e não acredito que a Secretaria do Governo tenha desmentido nossas afirmações que foram baseadas em ordens que o Governo transmitiu ao Secretário do Governo. Ainda hoje, quando nos foi entregue a Mensagem que trata do Estatuto do Funcionário Civil do Estado, o sr. Secretário do Governo nos afirma que, dentro em breves dias, estarão concluídos estudos e que a Casa receberá Mensagem aumentando o funcionário do Estado.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço a informação que reputo valiosa, porque o servidor público paranaense necessita desse aumento há muito tempo, porque de há muito está passando necessidade, e das grandes! Há necessidade desse reajuste, com urgência urgentíssima!

Nota que tange ao servidor militar do Paraná, alguns pontos merecem destaque, do manifesto requerimento também da Diretoria do Clube Militar dos Oficiais da Polícia Militar do Paraná.

Ora, que a Mensagem venha dar aos inativos da Polícia Militar, condições que se assemelhem às condições existentes nas unidades ativas, ou seja que a Polícia Militar, o soldado da Polícia Militar, o cabo da Polícia Militar percebam vencimentos pelo menos que se igualem ao salário mínimo, pois até hoje estão percebendo níveis de vencimentos inferiores ao salário mínimo, numa afronta à própria Carta Magna do País; ou seja que a matéria venha com o conteúdo altamente humanitário no sentido de elevar o padrão de vida da Polícia Militar do Paraná, e, em razão do compromisso à parte feito pelo Governo, de que esta Casa receberá em tramitação esta matéria que já hoje foi objeto de protocolo, aqui me retiro da tribuna, pedindo apenas um requerimento, que dirijo à Mesa, seja transcrito nos Anais da Casa esta página da "FOLHA DE LONDINA", que publica a Exposição de Motivos feita pelos Oficiais da Polícia Militar do Estado, narrando a sua situação de quase penúria, de desespero de não poderem mais servir tão bem como o povo precisa, porque reclamam melhores vencimentos e os ouvidos das autoridades responsáveis se têm feito surdos até hoje, quando nos traz a notícia de que ouvirá os reclamos dessa gloriosa Corporação do Estado do Paraná.

E o requerimento que dirijo à Mesa, formalizando, se for regimentalmente necessário, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está livre a palavra.

O SR. JOÃO MANSUR — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna ontem, para denunciar à Casa a presença de Secretários de Estado que percorrem o Paraná, procurando cada um defender o nome de um candidato à Assembleia Legislativa do nosso Estado, e agora mesmo tomamos conhecimento de um Memorial recebido há minutos, dos srs. Deputados, para ser encaminhado à Sua Excelência o sr. Governador do Estado, no mesmo sentido...

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO MANSUR — Mas nobre Deputado, eu ainda nem comecei!

O sr. Erondy Silvério — Justamente, é para que o nobre Deputado não comece!

Nobre deputado João Mansur, existe uma diferença entre o que V. Exa. afirmou ontem, da tribuna, e o Memorial que corre por esta Casa.

Ao que fomos informados, e queremos acreditar no que V. Exa. disse e também no Secretário de Transportes, que também nos merece toda fé e consideração. Fomos informados pelo dr. Eurides Mascarenhas Ribas, que ele foi a Itati, atendendo convite do irmão do Prefeito local para inaugurar uma pista de Kart, que foi construída às expensas do Clube local, Prefeitura e não através da Secretaria de Transportes. Foi um convite de amigo para amigo, e o Secretário compareceu não na qualidade de Secretário, mas de cidadão e não levou nenhum candidato pelo brapo. Naquela oportunidade lá se encontrava também o deputado Antônio Lopes Júnior mas não se falou em política nem em campanha.

V. Exa. continua merecendo toda consideração, não só do Secretário de Transportes, mas do próprio Governador do Estado e de toda sua equipe de Governo.

Quanto ao que V. Exa. falou da estrada, V. Exa. vê que hoje a imprensa publica edital de concorrência para a estrada Itati-Palmeira. Portanto, o que V. Exa. afirmou ontem nesta Casa, deve ter havido equívoco porque não acredito que V. Exa., tendo comparecido lá pessoalmente, e tomado conhecimento do fato, tenha vindo à tribuna afirmar o que afirmou ontem, e que penso não ser verdade.

Agora, o memorial que está correndo na Casa é contra o engenheiro Francisco Borsari Neto, que já está afastado de suas funções de Diretor Presidente da SANEPAR, mas que continua usando os veículos oficiais para sua campanha, comparecendo a todas as inaugurações de estações de tratamento de água falando em nome do Governo, o que já não tem mais direito de fazê-lo, levando em sua companhia o atual Diretor do Departamento de Águas e Esgotos, engenheiro Léo Linsmayer, que lá, naquelas inaugurações das estações de tratamento de água, diz ao povo que comparece aquelas solenidades, que a obra se deve exclusivamente ao engenheiro Francisco Borsari Neto, que o que não é verdade, porque foi feito o trabalho com o dinheiro do povo, dinheiro arrecadado através de impostos, obra executada pelo Governo de Paulo Pimentel. Não é justo que ninguém se aproveite desse trabalho para usufruir vantagens eleitorais.

Portanto, há uma diferença muito grande e gritante, entre o que V. Exa. afirmou nesta Casa e o que se contém no Memorial que está correndo na Casa.

O SR. JOÃO MANSUR — Nobre Deputado, agradeço o aparte de V. Exa. Cada um defende o seu pelo como pode. Mas, quero esclarecer a V. Exa. que o ilustre Secretário de Transportes do Paraná, o meu amigo engenheiro Eurides Mascarenhas Ribas, falou com a verdade, porque se ele foi a Itati inaugurar uma pista de Kartódromo, não é verdade, porque a pista não está pronta. Eu trouxe aqui a reivindicação dos jovens de Itati, por mais de 10 vezes. Conversei com o dr. Eurides Mascarenhas Ribas, no sentido de que a Secretaria de Transportes auxilie a mocidade de Itati na construção do kartódromo, o que ele me prometeu que iria procurar fórmula legal a fim de que fosse concluído esse kartódromo. Veja bem o deputado Erondy Silvério, quando existe má vontade na realização de qualquer obra, eles sempre encontram a válvula, a velha fórmula da legalidade.

Entretanto, até hoje, a Secretaria de Transportes está procurando a fórmula legal para poder auxiliar Itati na construção do seu kartódromo.

O que existe é o apedregulamento daquela estrada mas falta a pista asfáltica. É nesse sentido que diversas vezes conversei com o sr. Secretário dos Transportes e ele sempre vinha me prometendo uma ajuda, uma ajuda aos jovens daquele município. Não sei o que ele foi inaugurar, nada foi inaugurado, ou melhor, nada tem a inaugurar; a realizar, sim.

De modo que se S. Exa. disse que foi inaugurar, faltou com a verdade; o que considero grave. Mas, não importam as razões que o levaram a Itati, ele é um homem independente, e dentro do regime democrático em que vivemos, tem a liberdade de apoiar quem quer se seja. E não há de ser com o apoio do sr. Secretário dos Transportes do Paraná que irei concorrer à minha reeleição.

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, ontem foi o líder de minha bancada que apartou o pronunciamento de V. Exa. que se estende, renovando, hoje, E, nesta oportunidade, tenho a honra de apartar-lhe também. Veja V. Exa. o sofrimento da oposição; V. Exa., deputado da ARENA, recebe, em seu município, a visita do Secretário da ARENA do Paraná, que vai com o propósito — no dizer de V. Exa. — de inaugurar estrada, mas que não inaugurou como afirma V. Exa.

Podia dizer, nobre Deputado, em estilo figurado, que há mil anos, desde Cabral, nós da oposição sofremos essas imposições de Secretários em todos os municípios que representamos. E, hoje, causa-me estranheza que sendo o "slogan" da Revolução o combate à corrupção, que Secretários desacatem esse "slogan" e passem a usar o prestígio do cargo que ocupam, muitas vezes em detrimento do próprio cargo, e que até manipulem verbas orçamentárias de forma paternalista, perniciosas, procurando uma locupletação política que a meu ver — é uma das piores formas de corrupção a locupletação com dinheiros públicos.

Então, me solidarizo com V. Exa. pela dor que está passando, dor que estamos passando, há muito tempo, temos clamado contra esse procedimento de Secretários que fazem política na montanha, em vez de a fazerem na planície, iguais aqueles outros candidatos que ficam mais decentemente, mais nobremente, na planície, lutando com o suor de seu rosto e não com dinheiros públicos.

E para aproveitar este aparte, devo dizer que, há poucos dias, desta tribuna, levantei uma interrogação ao sr. Governador do Estado que chegou a lenda e prometeu, em praça pública, num comício monstro, que a estrada, ou melhor dizendo, de Paranavai para frente, a estrada seria pavimentada a partir de fevereiro. No mês de março, ou abril, cobrei, desta tribuna, essa promessa. O sr. Secretário dos Transportes é o responsável, porque é Superintendente do DER e está de braços cruzados, fazendo incuriosas políticas, como denuncia V. Exa., e a estrada de Paranavai para frente, ligando Barrancas do Rio Paraná está ainda para ser começada. E essa estrada existe em Lei, figura no Orçamento plurianual, e existe verba que saiu da 3ª Pinheiros-Pato Branco.

Este Secretário, Eurides Mascarenhas, está desacatando o próprio Governador do Estado do Paraná que, em praça pública, afirma que uma coisa para que o Secretário faça e o que não faz coisa alguma.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte de V. Exa., aliás, com sempre, com muito brilhantismo. Posso afirmar a V. Exa. que tão logo o sr. Secretário dos Transportes tenha um candidato irá lá para percorrer a

região e tentar, pelo menos, iniciar esta estrada tão reclamada.

Mas, como a dizendo, pouco me importa a presença do sr. Secretário dos Transportes ou de qualquer outro Secretário na minha ou em qualquer outra região. É obrigação de um Secretário de Estado, no cumprimento do seu dever, percorrer o Estado, percorrer os municípios e verificar, "in loco", as necessidades, mas fazer no tempo exato o que não tóra feito. Se o Secretário dos Transportes tivesse visitado a minha cidade, tivesse visitado outras cidades, se tivesse visitado os Distritos Rodoviários para verificar o estado do maquinário, para ver em que condições se encontra o equipamento de todos os Distritos Rodoviários seria muito certo; se tivesse ido lá para tomar medidas no sentido da recuperação dos equipamentos dos Distritos Rodoviários e de tudo enfim que possa ser utilizado para a conservação das estradas, estaria muito certo, repito. Mas o que o Secretário dos Transportes foi fazer lá não foi nada disto. Foi para chamar os Prefeitos e prometer a realização de estradas que há mais de quatro anos estamos reclamando e não tivemos solução.

No entanto, o ilustre Secretário dos Transportes diz que não foi fazer nada no meu município e ainda transmite ao líder do Governo que foi inaugurar uma pista de asfalto.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. não quer dizer que o seu município está interditado aos Secretários de Estado, ou aos políticos que não rezam pela sua cartilha. O Secretário dos Transportes, como eleitor e como brasileiro, tem direito de preferência por este ou aquele candidato. Admitamos que o Secretário dos Transportes, em visita não oficial, em visita não de inauguração fosse lá fazer política num domingo ou feriado, fora de suas funções, seria válido. O Secretário dos Transportes não está proibido de ter o seu candidato. Não acredito que o sr. Secretário dos Transportes tenha ido lá para fazer política. Nada tenho contra a pessoa de V. Exa., mas não é justo que esteja ocupando a tribuna apenas, vamos dizer, para massacrar o Secretário dos Transportes. Não tem nada de grave, nada de extraordinário o Secretário dos Transportes ir a um município fazer uma visita a um grupo de amigos. O SR. JOÃO MANSUR — Talvez seja eu que esteja faltando com a verdade.

O sr. Erondy Silvério — Não disse isto.

O SR. JOÃO MANSUR — Posso levar V. Exa. para verificar, in loco, que o Secretário dos Transportes não foi inaugurar nada em Itati.

Mas, não foi este o assunto que me trouxe à tribuna. Pouco importa que vá ou não a Itati o Secretário. O que nos interessa e interessa é que o Secretário dos Transportes fosse verificar nos Distritos Rodoviários as condições, de precariedade, em que se encontram os equipamentos rodoviários desses Distritos.

Dissemos que a única notícia que tínhamos de recuperação desse maquinário foi de uma Companhia que, no nosso entender, reputamos onerosa para o Estado pela forma como foi realizada.

Esta a denúncia que trazemos a esta Casa e que pretendemos entregar à consideração dos srs. Deputados a fim de que o Poder Legislativo, que tem o dever de fiscalizar a aplicação dos dinheiros públicos, tome conhecimento dessa transação, transação essa que culminou quando da demissão do dr. Plínio Pessoa do Departamento de Estradas de Rodagem no dia 12 de outubro e cujo processo foi restaurado e no dia 13 já em seguida, o D.E.R. autorizava a aquisição de algumas máquinas por um preço superior aquele que a própria firma se propunha a entregar ao Estado. Temos aqui o 1.º ofício datado de 20 de fevereiro de 1968, encaminhado ao Diretor do D.E.R., dr. Plínio Pessoa, que estão vassados nos seguintes termos: (Lê) — A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço Taquigráfico.

E neste primeiro ofício nós temos o despacho do então Diretor do D.E.R. (Lê). — (Idem).

Em seguida o D.E.R. oficiou ao B.N.D.E. nos seguintes termos: (Lê): — (Idem).

Depois de uma série de troca de ofícios, foi muito grande, como podem os srs. verificar, e depois que a firma já havia concordado com a redução dos 32% do valor, das pressões exercidas sobre o Conselho Administrativo do D.E.R., enquanto culminou a destituição do Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no dia 13 de outubro; para tristeza nossa, tivemos conhecimento de que a operação fora realizada pelo preço integral da oferta, contrariando o Parecer do Conselho Administrativo do Departamento de Estradas de Rodagem.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estamos ouvindo com atenção a matéria que decerto V. Exa. deixará para o manuseio de todos os srs. Deputados e com toda a certeza também V. Exa. receberá a réplica e a defeza por parte dos homens que apoiam o Governo. Mas, dois fatos agora não poderiam passar despercebidos e sem resposta. O primeiro, eu queria que V. Exa. apenas nos prestasse a informação de quando foi, ou qual foi a data da realização da mencionada transação? V. Exa. fará o obséquio de informar?

O SR. JOÃO MANSUR — Foi no dia 13 de outubro de 1967.

O sr. Erondy Silvério — Veja V. Exa., durante 3 anos V. Exa. achou que a transação era boa e válida. Hoje, V. Exa. vem achar que não serve mais aos interesses do Estado. V. Exa. tinha a obrigação de denunciar naquela oportunidade; não agora que V. Exa. está magoado com o Secretário dos Transportes, que V. Exa. vem trazer a denúncia.

O SR. JOÃO MANSUR — Eu só tive conhecimento agora, da transação. O sr. Erondy Silvério — V. Exa. como parente próximo do então Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, vem afirmar e fazer crer à Casa que só agora tomou conhecimento? V. Exa. sabe que esta transação já foi objeto até de investigações por órgãos do Governo Federal, da Presidência da República! O Diretor do Departamento foi inclusive depor no Serviço Nacional de Informações, sobre esta matéria é outras mais!

V. Exa. por favor, não nos obrigue, pelo respeito que temos ao dr. Plínio Ancíuti Pessoa, não nos obrigue a trazer à Casa os verdadeiros motivos de sua substituição no DER. Não queremos chegar neste ponto. V. Exa. deveria deixar de lado esta parte pessoal quanto ao ex-Diretor do DER. Sabemos das razões, que não foram de desonestidade, queremos já ressaltar. Mas V. Exa. e quase todo o Paraná sabem por que foi demitido o Diretor do DER.

O SR. JOÃO MANSUR — Não vinculo minha condição de deputado à condição de parente do ex-diretor do DER, razão por que, se tivesse qualquer coisa com relação ao ex-diretor, traria, na oportunidade. Sabe V. Exa. que há mais de dois anos foi demitido de um cargo no DER e, naquela oportunidade, declarou o sr. Governador do Estado que eu nada tinha a ver com os seus auxiliares. O Governador tinha condições suficientes para escolher seus auxiliares. Foi demitido da função, de engenheiro do Estado e sabe V. Exa. que foi forçado a pedir demissão.

O sr. Erondy Silvério — Vou trazer certidão de que se demitiu por livre e espontânea vontade, para mostrar à Casa e a V. Exa. que não foi demitido por pressão do Governo.

O SR. JOÃO MANSUR — Gostaria, nobre deputado Erondy Silvério, a fim de que precisássemos estar debatendo este assunto, gostaria que V. Exa. concordasse que o sr. Plínio Anciutti Pessoa fosse convocado por esta Casa para contar as razões de sua demissão.

O sr. Erondy Silvério — O precedente que V. Exa. está querendo abrir nesta Casa é muito perigoso para este Poder. Amanhã, por qualquer "futura", estaríamos convocando qualquer pessoa para prestar depoimento. Veríamos a Assembleia transformada em gabinete de inquirições, desvirtuando as funções do Poder. A não ser que V. Exa. configurasse um fato gravíssimo contra o atual Governo, então concordaríamos com a convocação de qualquer cidadão que pudesse elucidar pontos que merecessem dúvidas de qualquer cidadão que pudesse elucidar pontos que merecessem dúvidas, que se demitiu e não foi demitido, como V. Exa. quer fazer crer à Casa. Conheço de perto o sr. Governador do Estado, conheço as qualidades nobres de seu caráter e V. Exa. sabe que a maior preocupação do atual Governador, logo após assumir, foi estender a mão a seus adversários e por isso conseguiu trazer o Governo até o seu final, sem tumultuar, e legar ao povo do Paraná uma das mais belas obras administrativas de sua História. Foi a concórdia e a paz no coração de todos o que trouxe o Governador Paulo Pimentel, a todos os paranaenses, mesmo nas horas mais difíceis que viveu a nossa Pátria e o nosso Estado, mesmo nessas horas sempre vimos nos lábios do Governador um sorriso, como que convidando o povo do Paraná a dar as mãos e trabalhar pelo engrandecimento da nossa terra.

V. Exa., nobre deputado João Mansur, pode formular todas as acusações contra o sr. Governador, porém jamais poderá dizer que o Governador Paulo Pimentel é homem de perseguições, homem de medidas, portanto, não creio que o ex-Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, engenheiro Plínio Anciutti Pessoa fosse levado e forçado a pedir demissão por não concordar com a linha administrativa do atual Governo do Estado do Paraná.

Nobre deputado João Mansur, uma pergunta: V. Exa. referiu-se à pressão que teria recebido o Conselho Administrativo do Departamento de Estradas de Rodagem. Ora, V. Exa. sabe que o Conselho não é unilateral, que o Conselho não é unipessoal, é composto de diversos membros. Eu não acredito que todos aqueles homens tenham assim abdicado os seus pontos de vista anteriormente formados. Ao mesmo tempo dá destaque à aquisição daquele maquinário. Gostaria que V. Exa. dissesse de quem partiu essa pressão, quem pressionou o Conselho. Não há covardia dos homens do Conselho, que voltaram atrás e autorizaram uma aquisição.

Como V. Exa. irá provar, daqui para a frente, quem fez a pressão contra o Conselho, o que fez o Conselho aceitar como boa uma aquisição onerosa aos cofres do Estado? Porque essa estória de dizer-se: "não resistiu às pressões", isso é estória muito antiga!

O SR. JOÃO MANSUR — Eu agradeço o aparte de V. Exa., mas, nobre Deputado, V. Exa. procura sempre me envolver contra o sr. Governador do Estado. Eu até agora não me referi, em nenhuma oportunidade, contra o Governador do Estado. Eu estou fazendo uma denúncia de uma transação que eu considero ilegal, feita pelo Departamento de Estradas de Rodagem. Eu não disse, e não sei se o Governo do Estado tem conhecimento. Quanto ao precedente tão grave que V. Exa. acha que poderá ser aberto aqui nesta Casa, eu sinceramente não concordo com V. Exa., porque Secretários de Estado já estiveram aqui nesta Assembleia, convocados, esclarecendo-nos. Eu ainda me lembro perfeitamente de que o atual Governador do Estado, quando Secretário da Agricultura, convocado através de requerimento feito pela oposição desta Casa, aqui compareceu, prestando todos os esclarecimentos e posso afirmar a V. Exa. que ele saiu-se muito bem, a contento, porque foi aplaudido pela própria oposição, nesta Assembleia.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado João Mansur, eu agradeço a V. Exa. e quero talvez, assim, até me penitenciar com V. Exa.

Não afirmei que V. Exa. está fazendo essa carga contra o Governador Paulo Pimentel, mas o Governo é um todo, quando se ataca uma Secretaria, evidentemente se atinge, de uma forma ou de outra, o Chefe do Poder Executivo. Eu considero o Governo como um todo e V. Exa. está trazendo à Casa fatos gravíssimos, que não podiam fugir à percepção do sr. Governador do Estado. Portanto, eu quero me justificar, se eu não entendi bem o que V. Exa. disse. Mas, acontece que V. Exa. não entendeu o que eu falei, porque eu não estou contra a convocação do Secretário, desde que justificada a convocação, mas V. Exa. quer trazer um ex-funcionário, um ex-diretor de Departamento. E contra esse precedente que eu me insurio.

O SR. JOÃO MANSUR — Porque esse Diretor está diretamente ligado à denúncia que faço a esta Casa e ele, mais do que ninguém, poderá vir aqui e explicar aos Deputados.

Nobre deputado Erondy Silvério, discordo de V. Exa. quando diz que não podiam fugir à percepção do Governador. Porque S. Exa. não é nenhum super-homem para saber de tudo que se passa em todas as Secretarias e Departamentos. Mas, muitas vezes uma denúncia dessas é muito importante ao próprio Governador do Estado, para que S. Exa. tome conhecimento porque V. Exa. é homem de empresa e duvido que V. Exa. possa tomar conhecimento de tudo que está se passando na empresa.

O sr. Erondy Silvério — Graúdo a V. Exa., quer dizer que o Governador está a salvo de qualquer suspeita. Meu objetivo era ouvir V. Exa. declarar isso de sua tribuna.

O SR. JOÃO MANSUR — Mas nunca fiz segredo disso, nobre Deputado. O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Em primeiro lugar, não vejo como V. Exa. ou como o líder do Governo possam querer excluir ou desvincular o governador de responsabilidade num caso em que o seu Secretário de Estado é responsável. Num regime presidencialista, nobre deputado João Mansur, o problema da responsabilidade é do conjunto do Governo e está previsto na nossa Constituição, crime conexo. O governador não não pode omitir-se e ele responde até por omissão também.

Se V. Exa. traz à tribuna, como está trazendo, uma denúncia que reputo gravíssima e o sr. Governador se omite, fica inerte, cruza os braços, não adota nem promove a responsabilidade efetiva para corrigir um descalabro criminal de sua administração, ele responde, inclusive, criminalmente, com a mesma responsabilidade penal de seu Secretário de Estado. Isso, para nós iniciarmos nosso aparte.

Mas, nobre Deputado, o Líder do Governo estranhou que V. Exa., só após três anos, trouxesse a Casa essa denúncia. V. Exa. respondeu que só há pouco tempo é que tomou conhecimento, mas como ajuda argumentati-

va, teria que dizer a V. Exa. e à Casa, que essa operação a que V. Exa. se referiu — quanto ao montante gostaria que V. Exa. dissesse para concluir o meu raciocínio...

O SR. JOÃO MANSUR — 1 bilhão, 687 mil e 970.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um contra-afarte? Apenas para esclarecer um ponto de que parece encerrar algumas dúvidas. Essa transação a que V. Exa. se refere e diz desconhecer, quando V. Exa. era presidente da Casa, já veio ao Plenário desta Casa, trazida por um representante do MDB, se não me engano o deputado Valmor Glavarina. Portanto, V. Exa. não pode dizer que desconhecia a transação, se ela foi trazida e debatida nesta Casa, defendida na oportunidade pelo Líder do Governo. Queria, então, esclarecer ao deputado Alencar Furtado, que a matéria não é novidade, já foi debatida e já foi provada a lisura do Governador do Estado nessa transação.

O SR. JOÃO MANSUR — Então é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra ao Deputado que está na tribuna, que faltam apenas 5 minutos para o término da Hora do Expediente.

O sr. Alencar Furtado — Mas, nobre Deputado, o fato de V. Exa. ter tomado conhecimento do estelionato há um ano não importa, o crime, de estelionato não prescreve em um ou dois anos; a sua prescrição é acima de vinte anos. E V. Exa. está dentro da faixa prescricional e ainda poderia trazê-lo, como traz agora.

O que me causa espécie é que o Governo do Estado tivesse 37% de prejuízo nessa operação; houve crime. E V. Exa. sugere que a Casa receba o ex-Diretor do DER. Mas, se V. Exa. permitir, em face da argumentação exuberante de V. Exa., eu sugeriria que se substituísse o convocado. Que se convocasse o Secretário responsável, se bem que V. Exa. não tenha dito o nome, mas, o meu ver, é o atual Secretário de Transportes, dr. Eurides Mascarenhas-Ribas. Creio que ele é quem deveria ser convocado para prestar esclarecimentos de alta relevância à vida pública do Paraná. E se meu pensamento não estiver correto, defina V. Exa. a responsabilidade a quem de direito.

E este o aparte que queria oferecer a V. Exa.

O SR. JOÃO MANSUR — Respondendo o aparte de V. Exa., nobre deputado Alencar Furtado, e na mesma oportunidade também respondendo o Líder do Governo, deputado Erondy Silvério, devo dizer que não vinculei, no caso, o Governo do Estado, porque ainda não posso afirmar se o Governo do Estado teve, ou não, conhecimento dessa transação. Mas, doravante, e quando apresentarmos aqui a documentação, deste instante em diante, o sr. Governador do Estado passará a ser responsável porque tomará conhecimento dessa transação e terá oportunidade de tomar uma medida contra essa atitude que julgamos prejudicial ao Estado.

Agora, nobre Deputado, com relação à convocação do sr. Secretário dos Transportes do Paraná, estou de pleno acordo com V. Exa., só gostaria que V. Exa., com a habilidade que tem, conseguisse convencer o Líder do Governo, nesta Casa, para que o nosso requerimento tivesse trânsito junto à bancada da ARENA. E eu, com toda a satisfação, subscreverei esse documento, a fim de que o ilustre Secretário de Transportes aqui compareça, trazendo melhores esclarecimentos aos srs. Deputados, para que esta Casa possa julgar, com toda isenção de ânimo, este assunto que trazemos ao conhecimento da Assembleia Legislativa do Paraná.

De modo que, em face da sugestão apresentada por V. Exa., está com a palavra o eminente líder do Governo nesta Casa, que, há pouco, se insurge contra a minha pretensão de convocar, à Assembleia Legislativa um ex-funcionário um ex-colaborador do Governo, mas que, certamente, em se tratando de um Secretário de Estado, em efetivo exercício, acredito que o nobre deputado Erondy Silvério concordará que um requerimento nesse sentido tenha a sua aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Assim poderemos diminuir em muito as nossas discussões nesta Casa, porque melhor do que ninguém poderá o sr. Secretário dos Transportes trazer os esclarecimentos e comprovar como foi feita essa operação, a fim de que os srs. Deputados possam, com dados precisos, se convencer da lisura dessa operação.

Consulto o sr. Presidente sobre quanto tempo ainda me resta.

O SR. PRESIDENTE — Faltam dois minutos.

O SR. JOÃO MANSUR — Em face do adiantado da hora, me reserva o direito de voltar à tribuna para tratar do assunto. Como iremos entrar, justamente na questão dos preços propriamente dita; que levará muito tempo, prosseguiremos, na próxima sessão, a análise destes preços. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 32 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Arnaldo Busato, constante do Expediente: Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Ovidio Franzoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

forme avisos distribuído aos srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, com Redação Final — do Projeto de Resolução n. 3-70, aprovando convênio firmado em 18-8-68, entre o Governo do Estado, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, na aplicação de recursos em obras de eletrificação rural. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 3-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado, nos termos do inciso VII, artigo 22, da Constituição Estadual, o Convênio firmado em 18 de agosto de 1968, entre o Governo do Estado do Paraná, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA —, para aplicação de recursos em obras de eletrificação rural, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em...

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente

Olavo Ferreira — Relator

Roberto Galvani

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 24-70, autorizando o Poder Executivo abrir um crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado a auxiliar a

Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR — para atender despesas com a realização da "1.ª Olimpíada do Exército". Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 24-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinado à concessão de um auxílio à Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR — para atender as despesas com a realização da "1.ª Olimpíada do Exército".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

* Presidente
Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38-70 — Mensagem Governamental n.º 11-70, encaminhado anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 3.435.504,00, à Secretaria de Educação e Cultura para instalação e funcionamento da Fundação Teatro Guaíra. — Parecer favorável da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, declarando de Utilidade Pública a "Associação Feminina de Educação à Criança Excepcional", com sede em Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 6-70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, adotando novo horário para as sessões Ordinárias desta Assembleia Legislativa, até o dia 15 de novembro de 1970. Com EMENDA DE 2.ª DISCUSSÃO. — Aprovado com emenda.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12-70, de autoria do dep. Leopoldo Jacomé, criando um Ginásio Estadual, na sede do Município de Quitandinha. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19-70, de autoria do dep. Tílio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a elevar o valor da pensão mensal concedida à viúva Maria Alves Espinheira. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado pelo substitutivo, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 105-70, de autoria do dep. Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo a instituir uma FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, em Umuarama, com a finalidade de criar, instalar e manter as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas e de outras providências. — SEM PARECERES. — Em discussão.

PROJETO DE LEI N.º 105-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação Educacional, na sede do Município de Umuarama, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e uma Faculdade de Ciências Econômicas.

Parágrafo único — O Orçamento Geral do Estado consignará, anualmente, dotação destinada a integrar a receita da Fundação criada por este artigo.

Art. 2.º — A Fundação submeterá ao Governador do Estado o regulamento disposto sobre o patrimônio, a receita, a administração e os currículos dos respectivos cursos.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria da Educação e Cultura um crédito especial de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), destinado a atender as despesas com a instalação e funcionamento das Faculdades referidas no artigo primeiro.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1970.

(a) Paulo Camargo

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) Sr. Presidente, faço um apelo à Mesa para que a tramitação dos projetos seja como tem sido até agora, peticionada rigorosamente. Está o projeto sem pareceres. Pediria a retirada do projeto da Ordem do Dia e fosse encaminhado às Comissões para os pareceres. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — O requerimento do nobre Deputado, pedindo a retirada do projeto da Ordem do Dia, será discutido oportunamente.

Em votação requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, solicitando retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 105-70, para que o mesmo seja encaminhado às Comissões competentes. — Aprovado. Será retirada o projeto e encaminhado à Comissão de Instrução Pública.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85-70, de autoria do dep. Paulo Camargo, que cria, na sede do município de Umuarama, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos Municípios de Umuarama, Icaraima, Altonia, Pérola, Xantrê, Alto Piquiri e Iporã. Parecer favorável da C.C.J. — Ao referido projeto foi apresentado requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, solicitando a retirada do mesmo, por 30 (trinta) sessões, da Ordem do Dia. Em votação o requerimento. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 85-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada, na sede do Município de Umuarama, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição, além do Município sede, nos de Icaraima, Altonia, Pérola, Xantrê, Alto Piquiri e Iporã.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1970.

(a) Paulo Camargo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 85-70

Pretende o deputado Paulo Camargo criar uma circunscrição de trânsito na cidade de Umuarama, com jurisdição nos municípios do mesmo nome, Icaraima, Altonia, Pérola, Xantrê, Alto Piquiri e Iporã.

De se estranhar e muito que um município e comarca dos mais importantes do Estado, não possa ainda tal serviço.

Não há razão de ordem legal que possa viciar o projeto, daí porque o Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1970.

(aa) Alencar Furtado — Presidente

Armando Queiroz de Moraes — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 4-70, Ex-Proposição n.º 49-70, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura, e o Serviço de Acordo de Classificação no Paraná — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 4-70

Térmo de convênio celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Acordo de Classificação no Estado do Paraná, para a execução de um programa de cooperação financeira objetivando imprimir um ritmo ascensional aos encargos de classificação dos produtos agropecuários.

Aos Dezesseis dias do mês de março de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Curitiba, presentes no Gabinete Secretarial o Exmo. Sr. Dr. Oscar Felipe Loureiro do Amaral, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, e o Dr. Vidal Idony Stockler, Executor do Acordo de Classificação no Estado do Paraná, convençionaram celebrar o presente Convênio para execução de um programa de cooperação financeira com vistas à dinamização dos trabalhos de classificação da produção agropecuária paranaense, que se regerá pelas cláusulas abaixo especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA — De conformidade com o Acordo celebrado em 6 de maio de 1966 entre o Governo da União e do Estado do Paraná incumbido ao órgão oficial de classificação os trabalhos de seletividade dos produtos agrícolas, pecuários e das matérias primas, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, bem como a efetivação dos encargos pertinentes ao registro de estabelecimento e à fiscalização dos processos de colheitas, de beneficiamento, de acondicionamento, de armazenamento e de transporte de todos os produtos, respeitados os termos das disposições legais específicas estabelecidas pelo Governo da União.

Parágrafo único — Estão ainda compreendidas nas atribuições da entidade oficial de classificação, consoante estipula o referido Acordo, o registro e licenciamento de instalações de beneficiamento de algodão e de outras fibras têxteis, nos termos do Decreto Federal n.º 74.049, de 27 de março de 1934.

CLÁUSULA SEGUNDA — A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura proporcionará, sob sua responsabilidade e de conformidade com o disposto no presente Convênio, os recursos financeiros previstos na Cláusula Sexta, destinados a imprimir um sentido mais amplo de atendimento aos encargos de classificação, visando assim interiorizar de forma crescente os trabalhos em referência dentro do território paranaense e promover a mais perfeita aparelhagem do conjunto de unidades operacionais sediadas na região interiorana.

CLÁUSULA TERCEIRA — A intensificação da linha de atuação do Acordo de Classificação deverá primordialmente se fazer sentir nos trabalhos pertinentes realizados em função da comercialização externa e da política de defesa de preços.

CLÁUSULA QUARTA — O Acordo de Classificação se obriga a apresentar à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, até 31 de março de 1971, a prestação de contas alusivas à aplicação do crédito consignado, para posterior apreciação pelo Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA QUINTA — Os serviços de classificação deverão ser procedidos dentro da maior harmonia e do mais acentuado espírito de colaboração com a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, visando especialmente a melhoria das condições econômicas dos produtos agropecuários e o aperfeiçoamento dos métodos de produção, devendo também ser mantida a mais perfeita entrosagem com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda com vistas a colaborar o órgão oficial de classificação na tarefa realizada em função da redução da sonegação de impostos na área de circulação da produção primária paranaense.

CLÁUSULA SEXTA — Para fazer face ao atendimento da execução do presente Convênio, a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura concorrerá com a importância de NCr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos), a ser aplicada pelo Acordo de Classificação nos serviços específicos atinentes à classificação de produtos agropecuários, devendo a despesa correr por conta do Código 3.1.4.0 — Encargos Diversos, da S.A. — Dotação do Programa 70.3.0.60.01.0 — Administração Superior da Secretaria da Agricultura.

CLÁUSULA SETIMA — O presente Convênio somente surtirá efeito após o devido registro no Tribunal de Contas do Estado e aprovação da Assembleia Legislativa.

E assim, tendo justo e convençionado a execução do programa de cooperação financeira visando imprimir um ritmo ascensional aos encargos de classificação dos produtos agropecuários, firmam o presente Convênio em 4 vias de igual teor, também subscritas pelas testemunhas instrumentárias adiante nomeadas.

(aa) Oscar Felipe Loureiro do Amaral
Secretário de Estado
Vidal Idony Stockler
Executor do Acordo

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122-70, de autoria do dep. Nelson Buffara, concedendo título de "CIDADÃO PARANAENSE", aos integrantes da Seleção Paranaense Brasileira de Futebol. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 122/70

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido o título de "Cidadão Paranaense" aos integrantes da Seleção Brasileira de Futebol, Tri-Camã da Copa "Jules Rimet".

Edson Arantes do Nascimento — PELE
Roberto Rivelino — RIVELINO
Gerson de Oliveira Nunes — GERSON
Jair Ventura Filho — JAIRZINHO
Eduardo Gonçalves de Andrade — TOSTAO
Clodoaldo Tavares Santana — CLODOALDO
Wilson da Silva Piazza — PIAZZA
Hércules Brito Ruas — BRITO
Everaldo Marques da Silva — EVERALDO
Félix Miell Venerando — FÉLIX
Carlos Alberto Torres — CARLOS ALBERTO — (Capitão)
Marco Antônio Feliciano — MARCO ANTÔNIO
Eduardo Roberto Stingham — ADO
Emerson Leão — LEAO

José Maria Rodrigues — ZÉ MARIA

Joel Camargo — JOEL

José de Anchieta Fontana — FONTANA

Roberto Lopes Miranda — ROBERTO

Dario José dos Santos — DARIO

Paulo César Lima — PAULO CESAR

Jonas Eduardo Américo — EDU

José Guilherme Baldocchi — BALDOCCI

Mário Jorge Lobo Zagalo — ZAGALO, Técnico

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de junho de 1.970.

a) Nelson Buffara

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 122-70

O nobre deputado Nelson Buffara foi feliz com a sua iniciativa de propor títulos de cidadãos Paranaenses aos integrantes da Seleção Brasileira de Futebol.

Sob os aspectos legal e constitucional nada temos a arguir de colidente. O que fez a "Seleção Canarina" foi cultura desportiva e projetar ao máximo o valor infinito e artístico do Brasil no baillado futebolístico que viveu nos palcos do México.

Assim, somos de Parecer favorável, S. M. J. J.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1.970.

(aa) Emílio Carazzai — Presidente

José Alencar Furtado — Relator

Luiz Renato Malucelli

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 38-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Túlio Vargas, constante do Expediente, solicitando voto de louvor a sra. Dalila de Castro Lacerda — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente solicitando, voto de pesar pelo falecimento do sr. Luiz Hilgenberg. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Eurico Rosas, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Osvaldo Pereira da Silva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Emílio Carazzai, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Eglê Garbaccio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, constante do Expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "Soldados da Polícia pedem aumento". — **Aprovado.**

(O artigo a ser publicado, acha-se transcrito no final desta Ata).

Requerimento de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs. 274-69 e 103-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ofício, com pedidos de informações, a diversos órgãos. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Para discutir). Sr. Presidente, solicito a palavra para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — De acordo com o Regimento, será adiada a discussão do requerimento para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã dia 1.º, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 6-70;

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 275-69;

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19-70;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 122-70 e da Resolução n.º 4-70.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 62-70; 250-69 e 155-69.

O SR. PRESIDENTE — Lembro aos srs. Deputados que logo após a sessão ordinária haverá uma outra de caráter Extraordinária. Levanta-se a sessão.

(Artigo cuja transcrição nos Anais foi aprovado a requerimento do sr. deputado Alencar Furtado na sessão do dia 30 de junho de 1.970).

SOLDADOS DA POLÍCIA PEDEM AUMENTO

Curitiba — (Da sucursal) — A diretoria do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado, enviou exposição de motivos ao comandante da Polícia, coronel Antonio Michalizen, reivindicando aumento de vencimentos para os praças da corporação, que "por não perceberem vantagens, estão à beira da mendicância".

Pedem os oficiais a equiparação dos postos e graduações da Polícia Militar, com os níveis de vencimentos dos funcionários civis do Estado e pagamento da gratificação de tempo integral de trabalho, por direito e merecimento.

A EXPOSIÇÃO

Esta é a íntegra da exposição de motivos encaminhada ao coronel Antonio Michalizen:

A diretoria do Clube dos Oficiais, representando a opinião dos seus associados e em decorrência da alta responsabilidade de bem e fielmente zelar

por seus interesses, diligenciando no sentido de expressar as suas aspirações, vem por meio deste, expor a V. Excia. os motivos que levaram à tomada desta iniciativa, ao mesmo tempo em que acredita na integral acolhida e total apoio, para a concretização das suas pretensões:

— Considerando que desde o mês de fevereiro do ano próximo passado, os integrantes da Polícia Militar não têm seus vencimentos reajustados;

— Considerando que recentemente (Lei 5.978, de 4 de agosto 69) o Poder Público aumentou o vencimento do funcionalismo civil do Estado, usando o artifício da reavaliação de cargos, a qual reputamos justa e oportuna, ficando, entretanto, na época, a Polícia Militar sem ter sido atingida pelo benefício;

— Considerando que as medidas paliativas tomadas pelo Poder Público (concedendo inexpressiva gratificação aos oficiais) não atendeu às reais necessidades da família miliciana, pois foi um ato duplamente injusto, porque não atingiu às praças da corporação e seus inativos;

— Considerando que os oficiais e praças inativos, por não perceberem as vantagens dos da Ativa, estão ainda mais necessitados, chegando mesmo à beira da mendicância;

— Considerando que os atuais níveis de vencimentos do coronel ao soldado, são considerados injustos e odiosos pois o ganho dos postos dos oficiais se equiparam aos níveis de motoristas, datilógrafos e serventes do Estado;

— Considerando que o soldado PM, e o Cabo, têm níveis de vencimentos menores que o salário mínimo vigente no Estado, o que é inconstitucional e sumamente injusto, pois a praça da Polícia Militar é um profissional qualificado, merecendo, portanto, um tratamento correspondente;

— Considerando que as atividades profissionais do Policial-Militar são desenvolvidas todos os dias, obrigatoriamente pela manhã, pela tarde e em decorrência da própria natureza do serviço, também durante à noite;

— Considerando, finalmente, que os componentes da Polícia Militar, por imposição legal (Decreto Lei 667), estão obrigados ao regime de dedicação exclusiva à profissão de policial-militar.

— Vimos, através do presente, recomendar a V. Excia. senhor coronel Antonio Michalizen, digníssimo comandante geral da corporação, que expresse ao poder público a insatisfação em que se encontram os milicianos do Paraná, que esperam ansiosos por um tratamento justo, traduzido pelas medidas que passamos a sugerir:

a) equiparação dos postos e graduações da PMEP, com os níveis de vencimentos dos funcionários civis do Estado, na razão direta do mais alto posto de escala hierárquica ao mais elevado nível da carreira civil e a consequente distribuição proporcional nas graduações hierárquicas, obedecida, rigorosamente, à escala descendente;

b) pagamento da gratificação de tempo integral de trabalho, por direito, justiça e merecimento;

c) dispensar aos inativos da corporação idêntico tratamento devido aos da ativa.

— Assim, senhor comandante, os oficiais da PMEP, representados pela Diretoria do Clube, certos de merecerem justiça, aguardam por quinze dias, a partir desta data, por medidas concretas e objetivas para o atendimento das aspirações aqui expressas.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Realizada em 30 de Junho de 1970 Ata da 85.ª Sessão Extraordinária

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Roberto Wypych e David Federmann.

As 15,55 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Ovídio Belich, Leopoldo Jacomet, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arnaldo Busato, Emílio Carazzai, Erondy Silverio, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Naei, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olívir Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Polí, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Túlio Vargas e Wilson Fortes (32); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Arthur de Souza, Agnaldo Pereira Lima, Abraão Miguel, Igo Losso, Paulo Camargo e Silvio Barros (6).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

— DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 62-70, Veto após o Projeto de Lei n.º 267-70, de autoria do dep. Luiz Renato Malucelli, que autoriza o Poder Executivo, conceder a Elza Posselt, pensão mensal de Cr\$ 50,00. — Relatório da C. C. J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

— Encerrada a discussão. Em votação. — **Mantido o veto, rejeitado o projeto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra amanhã, dia 1.º de julho, quinze minutos pós a realização da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 63-70.

Levanta-se a sessão.